

## Walden Três: Uma sociedade sem o uso de controle aversivo?

*Walden Three: A society without the use of aversive control?*

 TATIANA EVANDRO MONTEIRO MARTINS<sup>1</sup>  
 NAYANY CARMEM PINHEIRO MONTEIRO<sup>1</sup>  
 MARCUS BENTES DE CARVALHO NETO<sup>1</sup>

<sup>1</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

### Resumo

B. F. Skinner (1904-1990) publica em 1948 a obra *Walden Two*, na qual descreve uma comunidade fictícia desenvolvida a partir de princípios analítico-comportamentais supostamente sem o uso de controle aversivo. Martins et al. (2017) analisaram a referida obra e identificaram pelo menos três momentos em que há o uso de controle aversivo. Em 1979, Rubén Ardila, ao publicar *Walden Tres* deu continuidade e ampliou o uso dos princípios comportamentais de uma pequena comunidade para um país inteiro, em um contexto sociocultural latino-americano. O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise sistemática da obra *Walden Tres* (Ardila, 1979), a partir da sua leitura na íntegra em idioma original, investigou-se se a sociedade proposta por Ardila foi planejada com ou sem o uso de contingências aversivas. Em três momentos foi possível identificar contingências de controle aversivo em vigor: (1) na educação: desde o ambiente familiar até a inserção na sociedade; (2) sistema escolar; e (3) controle da ordem social. Discutem-se os contextos nos quais foi detectada a aplicação e/ou prescrição de controle aversivo em *Walden Tres*, traçando-se ao mesmo tempo paralelos com uso de controle aversivo em *Walden Two* e sua utilização na sociedade atual.

Palavras-chave: Walden Três, controle aversivo, Ardila, planejamento cultural, Análise do Comportamento.

### Abstract

B. F. Skinner (1904-1990) publishes in 1948 the book *Walden Two*, in which he describes a fictitious community developed from analytical-behavioral principles supposedly without the use of aversive control. Martins, Carvalho Neto and Mayer (2017) analyzed the referred work and identified at least three moments in which there is the use of aversive control. In 1979, Rubén Ardila, when publishing the work *Walden Tres*, continued and expanded the use of behavioral principles from a small community to an entire country, in a Latin American socio-cultural context, Panama. The present study aimed to systematically analyse the work *Walden Tres* (Ardila, 1979), read in its original language, and investigate whether the society proposed by Ardila was planned with or without the presence of aversive contingencies. It was possible to identify contingencies of aversive control in force in three moments: (1) education: from the family environment to insertion in society; (2) school system; and (3) control of the social order. The contexts in which the application and/or prescription of the aversive control in *Walden Tres* were detected are discussed, while making parallels with the use of aversive control in *Walden Two* and its use in today's society are made.

Keywords: *Walden Tres*, aversive control, Ardila, cultural planning, Behavior analysis.

tatimartins@yahoo.com.br - Trabalho parcialmente financiado através de bolsa de produtividade do CNPq (Processo Número: 309704/2019-7), concedida ao terceiro autor.

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V17I2.11006](http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11006)

Em 1948, é publicada a obra *Walden Two* (Skinner, 1948) escrita por Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nessa obra, o autor apresenta a proposta de uma nova sociedade culturalmente planejada com base nos princípios analítico-comportamentais, aplicados diretamente para a resolução de problemas sociais. Skinner (1948), então, descreve uma comunidade rural fictícia localizada no interior dos Estados Unidos com cerca de 1.000 habitantes, os quais parecem usufruir de boa qualidade de vida, bem-estar social, acesso à saúde, segurança e lazer. Trata-se de uma sociedade na qual os comportamentos dos indivíduos são reforçados positivamente tanto quanto possível (Baum, 1994/1999).

Em 1979, o psicólogo colombiano Rubén Ardila publica a obra *Walden Tres*, dando continuidade à sociedade descrita por Skinner (1948), porém, em um novo contexto, o latino-americano. Para Ardila (2004), a construção literária sobre sociedades utópicas em língua hispânica era escassa e poderia ser de grande interesse para os povos latinos. Dessa forma, Ardila (1979) ao escrever o terceiro *Walden* buscou não somente transpor a barreira linguística e cultural, como também procurou estender a aplicação de uma tecnologia comportamental para o desenvolvimento e funcionamento de uma comunidade – com 1.000 habitantes em *Walden Two* – para um país inteiro, o Panamá, com 2.100.000 habitantes aproximadamente em *Walden Tres*.

### O Walden de Rubén Ardila

O *Walden Tres* é uma obra de ficção podendo ser caracterizada como uma utopia, uma sociedade idealizada e construída a partir de princípios científicos, mais precisamente nesse caso nos princípios analítico-comportamentais (ver Skinner, 1938/1991; 1953). A narrativa inicia com a descrição da trajetória acadêmica do professor David González – um dos principais personagens- até o dia que um de seus colegas de Harvard lhe informa sobre uma vaga para lecionar no curso de Psicologia na Universidade Central do Panamá. David motivado a sair de sua zona de conforto, aceita a proposta e se muda para a capital do país. Ao chegar lá, encontra uma nação desorganizada em diversos setores. Era possível identificar índices significativos de pobreza, miséria, inflação, desemprego, analfabetismo, desigualdade social e muitos outros aspectos relacionados aos problemas sociais.

Ao estabelecer-se no Panamá, David busca ganhar familiaridade com o local e com as pessoas. Em uma dessas ocasiões vai até uma reunião social e conhece Martín Lutero Rey, um militar com ideias revolucionárias e que possui certo conhecimento a respeito da ciência comportamental. Martín fica bastante entusiasmado ao descobrir que David havia se formado em Harvard na área de Psicologia, mais especificamente em Psicologia Experimental. Para ele, David era o homem ideal para ajudá-lo a mudar o mundo, pois detinha conhecimento sobre os princípios analítico-comportamentais e saberia como aplicá-los na construção de uma nova sociedade.

Com o passar do tempo, o país cada vez mais afundava em problemas sociais e econômicos, o governo democrático foi derrubado e uma junta militar composta por cinco pessoas, dentre elas Martín L. Rey, assumiu o poder. Assim que a junta tomou o controle, Martín convidou David para ser seu assessor direto, seu braço direito, e um dos principais homens à frente do planejamento de uma nova sociedade criada tendo como pilar os princípios científicos da Análise do Comportamento.

Algum tempo depois, Martín deu um golpe interno de estado e destituiu a junta militar, tendo a partir desse momento o caminho livre para a implementação de seus planos revolucionários. A ideia de Martín era que o novo *Walden*, o *Walden Tres*, oferecesse qualidade de vida aos cidadãos panamenhos e que fosse modelo para outras nações do mundo. As reformas foram planejadas para ocorrer em todo o sistema, como nas áreas da educação, familiar, trabalhista, econômica e militar.

Durante os cinco anos da “Nova era” (como foi denominado o período em que Martín esteve à frente do governo) diversas mudanças ocorreram. O Panamá deixou de ser uma nação dominada economicamente pelos Estados Unidos e, por conseguinte, muitas empresas americanas saíram do país preocupadas com uma possível revolução comunista, o que acabou não ocorrendo. Na área da economia grandes avanços foram alcançados, os índices de desemprego caíram bruscamente e a inflação foi controlada. A população tinha acesso à moradia, educação e aos serviços de saúde de qualidade. O analfabetismo que assolava o país foi praticamente erradicado. Houve mudanças na jornada de trabalho visando estabelecer momentos de lazer e descanso para todos os trabalhadores, assim como, uma ousada proposta de reformulação do calendário foi feita e implementada.

A população, aos olhos de Martín e de seus assessores, pareceu se ajustar as mudanças e estar satisfeita com a “Nova era”. Aos poucos o povo panamenho foi aceitando a reforma social. Não ofereceram resistência e, de certo modo, estavam usufruindo do conforto e tranquilidade que o novo estilo de vida oferecia. Era uma sociedade não punitiva - como pontuado por Martín- em que as pessoas deveriam viver felizes e fazer aquilo que queriam fazer. Controle aversivo e o planejamento cultural

O terceiro *Walden* proposto pelo personagem Martín L. Rey foi desenvolvido a partir das bases teórico-filosóficas e práticas da Análise do Comportamento. Consequentemente, as relações estabelecidas entre os cidadãos panamenhos e seu ambiente passaram a ser compreendidas a partir de um modelo seletivo de causalidade.

Segundo esse modelo, os comportamentos dos indivíduos podem ser fortalecidos ou enfraquecidos dependendo dos estímulos ambientais produzidos, as consequências. Tais consequências selecionariam as respostas existentes. Dois mecanismos básicos atuam nesse modelo: variação e seleção (ver Baum, 1994/1999). É um modelo que defende uma visão interacionista, ou seja, as relações comportamentais são vistas como interações entre organismo e o ambiente. De acordo com Skinner (1957, p.15) “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de suas ações”. Desse modo, a depender do tipo de consequência e efeitos produzidos podem-se ter relações do tipo reforçadora positiva, ou relações que compõem aquilo que se conhece na literatura como controle aversivo (ver Catania, 1998/1999; Hunziker, 2011).

O controle aversivo - assim como o controle por reforçamento positivo- é uma parte do mundo, ocorrendo tanto em termos de relações planejadas, como em ambiente natural (Hineline, 1984; Perone, 2003). De acordo com Hunziker (2011) não há uma definição precisa de controle aversivo, mas apenas uma listagem de relações respondentes e operantes que o compõem. Dentre as relações operantes mais comumente citadas estão as contingências de punição (positiva e negativa) e de reforçamento negativo (Catania, 1998/1999; Hineline, 1984; Hunziker, 2011; Perone, 2003).

Todavia, apesar da naturalidade em que o controle aversivo se manifesta nas relações organismo- ambiente, esse tema é um tópico controverso e que gera calorosa discussão entre os analistas do comportamento (ver Horner et al., 2005; Lerman & Vorndran, 2002; Mulick, 1990; Skiba & Deno, 2011), principalmente quando se trata de sua aplicação visando a resolução de problemas socialmente relevantes, como por exemplo, o caso do planejamento cultural feito em *Walden Tres*.

Isso ocorre porque alguns autores tomam como base argumentos que defendem o fato de que o controle aversivo, mais especificamente a contingência de punição, produz efeitos supressivos temporários e efeitos colaterais deletérios (Skinner, 1953; Sidman, 1989/2009). Por outro lado, existem autores (Critchfield, 2014; Hineline, 1984; Lerman & Vorndran, 2002; Mazzo & Gongora, 2007) que a partir de dados experimentais têm defendido que a punição pode ser efetiva e, até mesmo, um componente indispensável na supressão comportamental, podendo até produzir efeitos colaterais desejáveis (ver Newsom et al., 1983). Ressalta-se que a contingência de punição produzirá efeitos eficazes, desde que uma série de aspectos sejam considerados (Azrin & Holz, 1966/1975; Lerman & Vorndran, 2002; Todorov, 2001).

Independentemente do que um grupo ou outro de estudiosos defende, o controle aversivo é uma parte importante do ambiente, natural ou socialmente construído (ver Horner, 2002; Perone, 2003; Vollmer, 2002). Não seria surpresa, portanto, que na literatura de base utópica, as sociedades planejadas culturalmente também tivessem esse tipo de controle comportamental. A diferença aqui levantada é: a presença de controle aversivo em sociedades culturalmente planejadas é determinada pelos seus desenvolvedores ou ocorre naturalmente pelo simples fato de ser um aspecto inerente das relações organismo-ambiente?

Dentre os analistas do comportamento que se propuseram a escrever sobre o tema, como já mencionado anteriormente, encontram-se Skinner (1948) com a obra *Walden Two* e Ardila (1979) com a obra *Walden Tres*. Ambos os autores apresentaram posicionamentos contrários ao uso de controle aversivo em contextos de planejamento cultural (ver Ardila, 2004; Skinner, 1990). Mais especificamente, Ardila (2004) afirmou que em *Walden Tres* “(...) se estabelece um sistema de reforçamento positivo e **elimina-se a estimulação aversiva**” (p. 153, **negrito acrescentado**).

Dessa forma, a proposta de uma sociedade culturalmente planejada, tanto por Skinner (1948) quanto por Ardila (1979), supostamente, não deveria conter contingências de controle aversivo, “eliminadas”, segundo o próprio Ardila. No caso de Skinner, Martins et al. (2017), ao analisarem a obra *Walden Two* (Skinner, 1948), constataram que o uso do controle aversivo é prescrito e implementado.

No referido estudo (Martins et al., 2017), os autores investigaram de forma sistemática, a partir da leitura na íntegra de *Walden Two* (Skinner, 1948), se havia ou não presença de controle aversivo. Para tanto, identificaram primeiramente os trechos que continham palavras-chave relacionadas ao controle aversivo. Em um segundo momento, descreveram e analisaram os contextos nos quais contingências aversivas estavam presentes.

As análises indicaram que em três momentos específicos o uso de controle aversivo foi feito: (1) ao explicar o controle do rebanho através de cerca elétrica portátil; (2) ao explicar o ensino do comportamento de autocontrole; e (3) ao explicar a expansão territorial. Ressalta-se que, ao descreverem tais contextos, os planejadores de *Walden Two* não anunciaram abertamente a necessidade de aplicação de contingências aversivas na construção da nova sociedade. Mas elas estavam lá, nas próprias relações comportamentais implementadas.

O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise da obra *Walden Tres* (Ardila, 1979) e identificar se foi feito o uso ou não de contingências aversivas no planejamento cultural da referida sociedade. Além desse objetivo primário, buscou-se também identificar os contextos e os tipos de relações comportamentais envolvidas.

### **Método**

Para a realização da análise da obra *Walden Tres* (Ardila, 1979) utilizou-se como base os procedimentos descritos em Martins et al. (2013) e em Martins et al. (2017). O presente estudo teve as seguintes etapas:

#### **Leitura, identificação das palavras-chave e seleção de trechos**

O ponto de partida dessa etapa foi a leitura na íntegra da obra original *Walden Tres* (Ardila, 1979) em língua hispânica. Durante a leitura buscou-se identificar as palavras-chave comumente relacionadas na literatura ao uso de controle aversivo (ver Catania, 1998/1999; Hunziker, 2011), quais sejam: controle aversivo, coerção, punição, punição positiva, punição negativa, reforçamento negativo, estímulo aversivo, condicionamento negativo, supressão e extinção. Ressalta-se que a busca das palavras-chave foi feita em espanhol.

Concomitante a etapa de identificação das palavras-chave, realizou-se um segundo tipo de investigação. No caso, buscou-se detectar partes do texto que envolvessem a descrição de relações comportamentais classificadas normalmente na literatura como aversivas, mesmo que as palavras-chave não fossem citadas diretamente.

No presente estudo, assim como em Martins et al. (2013; 2017), considerou-se que um trecho pode conter explicitamente a citação das palavras-chave ou apenas se referir a situações que envolvessem contingências aversivas. A título de esclarecimento, um trecho (parte da obra selecionada) poderia ter ou não a citação direta de palavras-chave, mas deveria de qualquer modo fazer menção ao uso de contingências aversivas desde que fosse possível compreender em qual contexto tais contingências foram empregadas. O trecho destacado poderia ser apenas um parágrafo ou poderia ser extenso envolvendo uma ou mais páginas, mas era separado para análise desde que possibilitasse a compreensão da relação comportamental selecionada.

#### **Análise dos trechos selecionados**

Os trechos eram transcritos na íntegra e organizados em planilhas no programa *Microsoft Excel*. A organização em planilhas envolveu a identificação do trecho, a página correspondente e as possíveis relações comportamentais estabelecidas. Em seguida, os trechos selecionados eram relidos para identificação das contingências aversivas envolvidas.

### **Resultados e Discussão**

Foram identificados três momentos nos quais há indicação e uso de contingências aversivas em *Walden Tres* (Ardila, 1979): (1) a educação: desde o ambiente familiar até a inserção na sociedade; (2) sistema escolar; e (3) controle da ordem social. Tais contextos serão analisados e descritos mais detalhadamente a seguir.

#### **Educação: desde o ambiente familiar até a inserção na sociedade**

Dentre os diferentes âmbitos nos quais se deu a reforma proposta pelo governo de Martín L. Rey, encontra-se a área da educação, mais precisamente aqui se referindo, ao processo educacional que ocorre desde o ambiente familiar até a inserção do indivíduo como um adulto atuante na sociedade. É justamente nesse contexto que as primeiras colocações sobre a presença de contingências aversivas são feitas.

Uma primeira situação é observada quando o projeto para educação das crianças é tratado na obra. Em *Walden Tres* (Ardila 1979), o processo de educação começava desde o momento que um casal decidia ter filhos. Era um projeto extenso que incluía diretrizes para pais, tratava de problemas de disciplina, envolvia educação continuada e saúde pré-natal. Referia-se a socialização dos indivíduos, sua inserção na sociedade e seu desenvolvimento para ser um cidadão útil, apresentando repertórios adequados e adaptativos, que colaborariam para a evolução da comunidade. Nota-se que a educação não era responsabilidade apenas da escola ou dos pais, o Estado estava presente ativamente nesse processo.

Dentre os direcionamentos fornecidos aos pais, uma orientação categórica era dada: a proibição do uso de punições físicas. Ao educar as crianças, os pais eram instruídos a oferecer um ambiente rico em afeto, carinho e escuta atenciosa, para o estabelecimento de relações seguras. Os pais que utilizassem de punições físicas para disciplinar seus filhos, poderiam cumprir pena de um a três anos de prisão, devido a uma lei sancionada pelo presidente, Martín Rey,

que considerava punição física como crime. Em substituição ao uso de punições físicas, foi ensinado a população a educar seus filhos por meio de outras estratégias, ainda que essas envolvessem controle aversivo, tais como: a retirada contingente de atenção e o uso de custo de resposta<sup>1</sup>.

Dois aspectos interessantes. Em primeiro lugar, a punição física de crianças era combatida usando a punição social de adultos. Portanto, o controle aversivo era a ferramenta de engenharia comportamental escolhida para educar os pais infratores enquanto era condenada como estratégia para educar os filhos. Em segundo lugar, mesmo em relação à educação das crianças o controle aversivo não foi genericamente excluído. A proibição era reservada ao uso de punição física, mas outras formas de controle aversivo eram aceitas e, até mesmo, prescritas, como a retirada contingente de atenção e de procedimentos de custo de resposta.

Quando é feita a sugestão do uso de retirada de atenção e o uso de custo de resposta, está se falando da aplicação de contingência de punição negativa. De acordo com Catania (1998/1999) a contingência de punição negativa envolve a remoção de um estímulo contingentemente a uma resposta, e observa-se que há uma diminuição na probabilidade dessa resposta vir a ocorrer novamente. Lerman e Toole (2011) e Cooper et al. (2007) pontuam que a operação conhecida como punição negativa pode ocorrer em diferentes formatos, dentre eles: (1) *timeout* na forma de retirada de atenção planejada (ver Cooper et al., 2007); e (2) custo de resposta (ver Lerman & Toole, 2011; Martin & Pierce, 2018). Procurou-se destacar aqui, os dois formatos mais diretamente relacionados ao contexto em que a contingência de punição negativa foi prescrita em *Walden Tres* (Ardila, 1979).

Conforme Cooper et al. (2007) a retirada de atenção planejada é uma variação do procedimento de *timeout* e ocorre quando reforçadores sociais (e.g., contato físico, atenção, expressões faciais como sorrisos, e interação verbal) são removidos contingentemente a emissão de uma resposta por um breve período de tempo. De acordo com os autores é uma técnica de controle comportamental não invasiva e que pode ser aplicada rapidamente, sem a necessidade de retirada do indivíduo do ambiente no qual ele se encontra. O indivíduo e interlocutor podem permanecer no mesmo local, a mudança ocorre a partir do momento em que o interlocutor não libera mais reforçadores sociais contingentemente à resposta alvo. Em *Walden Tres* (Ardila, 1979) é colocado que “No lugar de punição física explicamos detalhadamente outras formas de modelar o comportamento e de socializar a criança. No lado aversivo estava a retirada de privilégios, que são técnicas de punição, da mesma forma que o custo de resposta” (p.30).

Quanto ao uso de custo de resposta, esse caracterizou-se da seguinte maneira em *Walden Tres* (Ardila, 1979): “(...) por cada ação inapropriada, a criança perdia uma ficha, e se não tinha a quantidade de fichas adequada no final do dia ou da semana, não podia ver televisão, ir ao cinema ou passear” (p. 30). Na literatura técnica da área (ver Martin & Pierce, 2018; Lerman & Toole, 2011; Cooper et al., 2007), o custo de resposta envolve a remoção de uma quantidade específica de estímulos reforçadores imediatamente a uma resposta. Segundo Cooper et al., o uso de custo de resposta normalmente é aplicado em contextos educacionais, e, é uma estratégia não invasiva e muito utilizada por professores para redução de frequência de comportamentos inadequados emitidos por seus alunos. Em situações nas quais o custo de resposta é utilizado, a perda de reforçadores envolve estímulos que o indivíduo já tinha acesso, como reforçadores condicionados generalizados (e.g., dinheiro ou fichas) e atividades recreativas (e.g., intervalos para brincar ou relaxar).

Constatou-se, então, que em *Walden Tres* (Ardila, 1979) assim como em *Walden Two* (Skinner, 1948; para maiores detalhes ver Martins et al., 2017) o uso de controle aversivo não foi completamente abolido. No caso de *Walden Tres*, a presença de controle aversivo foi identificada em situações nas quais as contingências de punição negativa podiam ser aplicadas, como as discutidas anteriormente (e.g., educação das crianças e para os pais que usassem de punição física). Ressalta-se aqui que a proibição categórica de utilização de contingência aversivas restringiu-se ao uso de punição física (punição positiva) justificada pela produção de efeitos colaterais indesejáveis e efeitos supressivos temporários (ver Skinner, 1953), mas outras formas de punição (menos invasivas) eram aceitas, como no caso de punição negativa.

Conforme Martin e Pierce (2018), a punição física é um tipo de punição positiva, que envolve a apresentação de um estímulo - no caso punidor físico- contingentemente a uma resposta, cuja frequência é reduzida. De acordo com os autores, o tipo mais comum de punidor físico são estímulos que ativam receptores de dor. Esses receptores são

---

<sup>1</sup> O termo custo de resposta envolve uma nomenclatura controversa. Considerando o foco do presente estudo, no caso, a aplicação de princípios comportamentais em questões socialmente relevantes de *Walden Tres*. O uso do termo custo de resposta será empregado tal como é feito em textos base da área aplicada (ver Cooper et al., 2007). Uma discussão conceitual sobre o tema foge do escopo do presente trabalho.

terminações nervosas presentes no corpo que identificam alterações que podem vir a causar dano tecidual, e que ao serem ativadas, são experienciadas como sensação de dor (ver Martin & Pierce, 2018, p. 312).

A proibição do uso de punições físicas em *Walden Tres* converge com o movimento que vem ocorrendo em sociedades atuais (ver *Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children*, 2010). De fato, cada vez mais o uso de punidores físicos tem sido proibido e abolido, se porventura for ministrado, seu uso é comumente visto como algo inapropriado e condenável, passível de penalidade prevista em lei (ver Ribeiro, 2014). O uso de punição física em sociedades contemporâneas enquadra-se como um ato de violência, mesmo sendo em formas leves, pois considera-se que todo o tipo de punição corporal implica em dor ou desconforto físico.

Essa visão tem sido compartilhada também por terapeutas analítico-comportamentais em suas diversas áreas de atuação (e.g., consultórios, escolas, hospitais etc.). Normalmente esses profissionais priorizam intervenções baseadas em reforçamento positivo e condenam o uso de punidores físicos, mas acabam incluindo no mesmo pacote de técnicas condenáveis todo e qualquer tipo de procedimento que envolva contingências aversivas. Apesar de tal posicionamento, é comum que terapeutas negligenciem o fato de que ao utilizarem de técnicas como *timeout*, custo de resposta e afirmações negativas (ver Mazzo, 2007; Cameschi & Abreu-Rodrigues, 2007), estão aplicando procedimentos com base aversiva, mesmo que sejam abordagens em formas mais brandas e menos invasivas do que aquelas envolvendo punição corporal.

Observa-se, portanto, que há certa similaridade entre a postura de Ardila (1979; 2004) e a postura de profissionais da área aplicada quanto ao uso de punição corporal e a relativização de outras formas de controle aversivo. Foi, provavelmente, considerando tais posicionamentos e os já conhecidos efeitos indesejáveis advindos do uso de punição corporal (ver Maurer, 1974; Martin & Pierce, 2018) que Ardila (1979) baseou-se para estruturar *Walden Tres*. Compactuar com a administração de punidores físicos como forma de controle comportamental, seria retroceder no desenvolvimento de uma sociedade planejada culturalmente e que visava a promoção de bem-estar social à sua população.

## Sistema escolar

Durante a visita a uma escola, David observa como o sistema educacional funcionava em *Walden Tres* (Ardila, 1979). A primeira constatação a ser feita é sobre o papel que as crianças exerciam no sistema de ensino. Elas eram agentes ativos nas tomadas de decisões; na organização do ambiente escolar; e, na promoção e manutenção da disciplina. Nas escolas de *Walden Tres* havia uma espécie de assembleia formada pelas crianças - chamada de conselho das crianças - nos quais os pequenos se reuniam para avaliarem situações e tomarem decisões que poderiam envolver a aplicação de prêmios ou de punições. Em *Walden Tres* é enfatizado que nesse contexto, jamais eram aplicadas punições físicas, apenas punições do tipo custo de resposta (Cooper et al., 2007; Lerman & Toole, 2011; Martin & Pierce, 2018). Assim como observado no processo educacional das crianças, mais especificamente na socialização dessas, o uso de punição física como forma de educá-las também era vetado no ambiente escolar, como observado no trecho a seguir: “Aqui temos Conselhos de Crianças que avaliam as demais, lhes dão recompensas e **lhes impõem punições. Nunca punição física**, é claro, mas, acima de tudo, **punições do tipo ‘custo de resposta’**” (Ardila, 1979, p. 90, **negrito acrescentado**).

Na escola visava-se, portanto, não apenas o crescimento em termos intelectuais, mas tinha-se como objetivo uma educação para a vida, para o desenvolvimento pessoal do próprio indivíduo e do seu papel como um indivíduo ativo na comunidade. Ao participarem do conselho de crianças, elas aprendiam que as consequências de seus comportamentos poderiam ter impactos tanto a nível individual, quanto grupal.

O Conselho de Crianças estava julgando um colega que não tinha frequentado a aula durante vários dias, porque estava passeando, e tinha perdido um módulo de matemática que é integrado com os módulos anteriores e posteriores, de modo que seria muito difícil para ele ficar no mesmo nível de seus colegas. Havia recompensas e punições (custo de respostas) para grupos e para indivíduos. Assim, uma criança "preguiçosa" como essa iria prejudicar todos os seus colegas. (...) O grupo inteiro sofreria as consequências aversivas de uma criança preguiçosa, que preferia passear durante a semana, ao invés de assistir as aulas de matemática (Ardila, 1979, p. 93)

As crianças, desde cedo, sabiam manipular as consequências e a administrá-las de modo diferencial para os comportamentos de seus colegas (e.g., reforçamento positivo ou punição negativa), e aprendiam que o mesmo poderia ocorrer com seus próprios comportamentos. Um componente básico que pôde ser constatado no processo de desenvolvimento pessoal e social das crianças em *Walden Tres* (Ardila, 1979), é a presença de contingências aversivas.

Atualmente, tem-se discutido que a nível individual, a presença de controle aversivo pode contribuir para a emissão e manutenção de comportamentos importantes, que podem ajudar o indivíduo a lidar melhor com adversidades presentes no meio no qual está inserido (ver Mazzo, 2007; Nico, 2001; Perone, 2003). Do mesmo modo a nível social, contingências de punição parecem ter papel fundamental na promoção de comportamentos socialmente adaptativos. Critchfield (2014) aponta que em estudos sobre cooperação humana, as contingências de punição têm contribuído para resultados socialmente melhores, funcionando de modo a restringir ou enfraquecer repertórios egoístas, ajudando a sociedade agir coletivamente.

Dessa forma, as crianças aprendiam que seus comportamentos não ocorrem em um vácuo, mas que toda ação tem consequências e geram efeitos para o próprio indivíduo como também para o grupo no qual esse faz parte. Por estarem inseridas em um ambiente composto tanto por estímulos reforçadores quanto por estímulos aversivos, aprendiam a diferenciar quais comportamentos teriam alta probabilidade de produzir consequências reforçadoras, e quais os levariam a perder tais reforçadores (punição negativa). As crianças em *Walden Tres* (Ardila, 1979) aprendiam o que era bom para elas e para a comunidade na qual faziam parte, contribuindo, nesse sentido, para a promoção de práticas sociais relevantes para o seu grupo.

### **Controle da ordem social**

Em *Walden Tres*, um projeto específico visando à segurança e o controle da ordem social foi desenvolvido. O projeto envolvia diretamente duas agências de controle: a polícia e o exército.

Nos primeiros anos da “Nova era”, a polícia havia sido mantida como agência de controle interno por quatro anos, mas pretendia-se fazer a eliminação total da sua atuação em um período máximo de um ano. Para o exército que era encarregado da segurança nacional, a proposta de extingui-lo também estava programada, mas com uma implementação mais imediata. Para ambos, a medida de encerramento de suas atividades deveria considerar alguns aspectos diretamente relacionados aos resultados alcançados a partir da reforma social feita na “Nova era”.

Nesse sentido como colocado em *Walden Tres*, “(...) a decisão de acabar com o exército e com a polícia dependerá se as pessoas estão suficientemente condicionadas para funcionar sem tais estímulos discriminativos (policiais) e sem consequências aversivas” (Ardila, 1979, p.80). A avaliação feita pelo presidente Martín L. Rey e seus assessores foi de que a eliminação total de controle social via contingências aversivas ainda levaria um tempo (a priori pelo período mínimo de um ano), pelo menos no que se refere a polícia como agência de controle.

Com relação ao exército a decisão foi diferente, decidiu-se que o mesmo seria extinto. Tal decisão foi tomada considerando que a filosofia defendida em *Walden Tres* tinha como lema: uma missão de paz e de não a guerra. Ter um exército passaria a mensagem de que o novo governo panamenho e sociedade estariam dispostos a guerrear, que o governo defendia punição e o uso de armas.

No entanto, em *Walden Tres*, a partir do momento em que decidiram manter a polícia, mesmo que visando o controle social interno, estava se concordando com o uso de contingências aversivas como forma de controle comportamental. A presença de policiais funcionava, portanto, como estímulos aversivos condicionados que sinalizavam a possibilidade de controle aversivo ser implementado. Nesse caso, mais precisamente, estaria se falando do uso de coerção, a qual compreende-se pela utilização de punição ou ameaça de punição para que os indivíduos ajam de certa forma, como também, a prática de reforçar respostas que evitam o contato com estimulação aversiva (ver Sidman, 1989/2009). Ou seja, em *Walden Tres*, caso algum cidadão emitisse comportamentos diferentes daqueles prescritos por lei, o estado poderia implementar contingências de punição negativa (ver Lerman & Toole, 2011; Martin & Pierce, 2018) para o controle da ordem social, seja por meio de multas ou, até mesmo, de prisão (ver Ardila, 1979).

### **Considerações finais**

A partir da análise sistemática da obra *Walden Tres* (Ardila, 1979), constatou-se que o uso de controle aversivo não foi totalmente abolido na referida sociedade, e que apesar de ressalvas feitas sobre sua utilização, foram identificados três contextos nos quais contingências aversivas foram utilizadas e/ou prescritas: (1) na educação: desde o ambiente familiar até a inserção na sociedade; (2) no sistema escolar; e (3) no controle da ordem social.

No contexto educacional como um todo, é enfatizado que métodos baseados em reforçamento positivo sejam priorizados, é proibido veementemente o uso de punições físicas, mas é prescrito como alternativa o uso de contingências de punição negativa nas formas de retirada de atenção e de custo de resposta. Da mesma forma ocorre em relação às medidas adotadas para a manutenção da ordem social, as quais envolvem controle aversivo através da

presença da força policial (estímulos aversivos condicionados), e da possibilidade de aplicação de multas e condenações a prisão (contingências de punição negativa).

A constatação da aplicação e/ou prescrição de controle aversivo como forma de controle comportamental em *Walden Tres* diverge dos posicionamentos de Ardila (2004), como pode ser verificado nos trechos a seguir: (1) “(...) se estabelece um sistema de reforço positivo e **se elimina estimulação aversiva**” (p.153, negrito acrescentado); e (2) “a sociedade de *Walden Tres* **não é punitiva**, todas as pessoas devem viver felizes e fazer o que quiserem; mas não devem estar condicionadas a querer o que devem querer” (p. 154). Ardila (2004) em tais colocações é categórico contra o uso de punição ou estimulação aversiva, exceções não foram mencionadas.

Conclui-se então que apesar das falas de Ardila (2004) sobre a ausência de controle aversivo em *Walden Tres*, esse tipo de controle comportamental foi identificado e seu uso fez parte da organização feita por seus planejadores, não ocorrendo apenas de forma natural, mas programada. Mesmo em suas formas mais brandas, contingências aversivas estiveram presentes, seja no contexto educacional, seja para o controle da ordem social.

Considerando os resultados de Martins et al. (2017) e os achados do presente estudo, é possível fazer análises comparativas entre o *Walden* de Skinner (1948) e o de Ardila (1979), quanto a presença de controle aversivo em suas sociedades planejadas culturalmente.

Como foi evidenciado por Martins et al. (2017) ao analisar a obra de Skinner, o que um autor defende genericamente não é necessariamente coerente com o que ele apresenta como proposta utópica, quando, em tese pelo menos, teria total liberdade para propor algo inteiramente novo e fiel às suas premissas. Tanto Skinner (1948) em *Walden Two* quanto Ardila (1979) em *Walden Tres* criticam a presença do controle aversivo nas sociedades existentes e ambos defendem a abolição desse tipo de controle nas relações sociais (ver Ardila, 2004; Skinner, 1990). Ambos, entretanto, foram incapazes de propor uma sociedade ideal inteiramente livre de algum tipo de controle aversivo. Por quê? Estariam respondendo de algum modo às suas próprias histórias? Imersos em culturas baseadas em controle aversivo estariam eles, mesmo que de modo residual e inconsciente (no sentido skinneriano da obra de 1974), presos a algumas dessas práticas? Ao se imporem a tarefa de pensar uma nova sociedade em toda sua complexidade teriam eles de algum modo esbarrado na impossibilidade lógica e/ou factual de propor soluções de engenharia comportamental que não contivessem esse tipo de controle? Seria possível, afinal de contas, propor uma utopia behaviorista de sociedade a partir de todo conhecimento científico acumulado da análise do comportamento dispensando toda e qualquer forma de controle aversivo a ser empregado em alguma etapa da construção desse mundo idealizado? Ou, como sugerem Horner (2002), Perone (2003) e Vollmer (2002), o controle aversivo seria um aspecto tão inerente às próprias relações comportamentais que seu uso seria inevitável? Seja qual for a resposta, uma utopia analítico-comportamental sem controle aversivo ainda seria apenas uma promessa (não cumprida). Quem sabe em “Walden Quatro”, ainda a ser escrita, tal sociedade seja finalmente concebida.

### Declaração de conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

### Contribuição de cada autor

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente e igualmente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo.

### Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



### Referências

- Ardila, R. (1979). *Walden tres*. Barcelona: Editorial CEAC.
- Ardila, R. (2004). La Utopía psicológica: Walden, Walden Dos y Walden Tres. *Suma Psicológica*, *11*(2), 145-160. doi:10.14349/sumapsi2004.76
- Azrin, N. H., & Holz, W. C. (1975). Castigo. In W. K. Honig (Org.), *Conducta operante: Investigación y aplicaciones* (pp. 455-531) (F. López, E. Galindo, & E. R. Iñesta, Trans.). México: Trillas. (Trabalho publicado originalmente em 1966).

- Baum, W. M. (1999). *Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura* (M. T. A. Silva, M. A. Matos, G. Y. Tomanari & E. Z. Tourinho, Trans.). Porto Alegre, RS: Artmed. (Trabalho original publicado em 1994).
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza, Trans.; 4ª edição). Porto Alegre: Artmed (Trabalho original publicado em 1998).
- Critchfield, T. S. (2014). Skeptic's corner: Punishment – Destructive force or valuable social “adhesive”? *Behavior Analysis Practice, 7*, 36-44. doi 10.1007/s40617-014-0005-4
- Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2007). *Applied behavior analysis* (2ª ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson.
- Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children. (2010). Ending legalized violence against children: Global report 2010. <http://www.endcorporalpunishment.org/pages/pdfs/reports/globalreport2010.pdf>.
- Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain? *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 42*(3), 495-509. doi.org/10.1901/jeab.1984.42-495
- Horner, R. H. (2002). On the status of knowledge for using punishment: A commentary. *Journal of Applied Behavior Analysis, 35*(4), 465-467. doi:10.1901/jaba.2002.35-465
- Horner, R. H., Dunlap, G., Koegel, R. L., Carr, E. G., Sailor, W., Anderson, J., Albin, R. W., & O'Neill, R. E. (2005). Toward a technology of “nonaversive” behavioral support. *Research & Practice for Person with Severe Disabilities, 30*(1), 3-10. doi:10.1177/154079699001500301
- Hunziker, M. H. L. (2011). Afinal, o que é controle aversivo? *Acta Comportamentalia, 19*, 9-19 <https://www.redalyc.org/pdf/2745/274520890003.pdf>
- Lerman, D. C., & Toole, L. M. (2011). Developing function-based punishment procedures for problem behavior. Em W. W. Fisher, C. C. Piazza, & H. S. Roane (Eds.), *The handbook of applied behavior analysis* (pp. 348- 369). New York: Guildford.
- Lerman, D. C., & Vorndran, C. M. (2002). On the status of knowledge for using punishment: Implications for treating behavior disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis, 35*(4), 431-464. doi:10.1901/jaba.2002.35-431
- Martin, G., & Pear, J. (2018). *Modificação de Comportamento o que é e como fazer* (10ª ed.,). Roca.
- Martins, T. E. M., Carvalho Neto, M. B., & Mayer, P. C. M. (2013). B. F. Skinner e o uso do controle aversivo: Um estudo conceitual. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 15*(2), 5-17. doi: 10.31505/rbtcc.v15i2.599
- Martins, T. E. M., Carvalho Neto, M. B., & Mayer, P. C. M. (2017). Walden Two: Uma sociedade utópica não aversiva? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 19*(1), 78-93. doi:10.31505/rbtcc.v19i1.953
- Maurer, A. (1974). Corporal punishment. *American Psychologist, 29*(8), 614-626. doi: 10.1037/h0036781
- Mazzo, I. M. B. (2007). Análise de possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo na aprendizagem do comportamento eficaz. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Londrina. <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2014/03/An%C3%A1lise-de-poss%C3%ADveis-efeitos-desej%C3%A1veis-do-controle-aversivo-na-aprendizagem-de-comportamento-eficaz.pdf>
- Mazzo, I. M. B., & Gongora, M. A. N. (2007). Controle aversivo do comportamento: Das definições operacionais aos subprodutos indesejáveis e desejáveis. Em W. C. M. P. Silva (Ed.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 20. Reflexões teórico-conceituais e implicação para a pesquisa* (pp. 42- 62). Santo André: Esetec.
- Mulick, J. A. (1990). The ideology and science of punishment in mental retardation. *American Journal of Mental Retardation, 95*(2), 142-156. <https://europemc.org/article/med/2223024>
- Nico, Y. C. (2001). A contribuição de B. F. Skinner para o ensino do autocontrole como objetivo da educação. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Digital Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://pergamum.pucsp.br/pergamum/biblioteca/index.php?word=A+contribui%C3%A7%C3%A3o+de+B.+F.+Skinner+para+o+ensino+do+autocontrole+como+objetivo+da+educa%C3%A7%C3%A3o>
- Newsom, C., Favell, J. E., & Rincover, A. (1983). The side effects of punishment. Em S. Axelrod & J. Apsche (Eds.), *The effects of punishment on human behavior* (pp. 285-316). New York: Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-068740-4.50014-3>
- Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst, 26* (1), 1-14. doi.org/10.1007/BF03392064
- Ribeiro, J. M. (2014). O uso do castigo físico em crianças e adolescentes como prática educativa: algumas perspectivas da Sociologia, Filosofia e Psicologia. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 9*(2), 213-221. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082014000200007&script=sci\\_abstract&lng=es](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082014000200007&script=sci_abstract&lng=es)
- Sidman, M. (2009). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sério, Trad.). São Paulo: Livro Pleno (Trabalho original publicado em 1989).

- Skiba, R. J., & Deno, S. (1991). Terminology and behavior reduction: The case against punishment. *Exceptional Children*, 57(4), 298-316. <https://psycnet.apa.org/record/1991-25255-001>
- Skinner, B.F. (1948). *Walden two*. New York: Macmillan.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York/London: Free Press/Collier MacMillan.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century -Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1990). The non-punitive society. *Japanese Journal of Behavior Analysis*, 5, 98-106. [http://www.bfskinner.org/wp-content/uploads/2014/02/Skinner\\_1979\\_The\\_Non-Punitive\\_Society.pdf](http://www.bfskinner.org/wp-content/uploads/2014/02/Skinner_1979_The_Non-Punitive_Society.pdf)
- Skinner, B. F. (1991). *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis* (Rev. ed.). Acton, Massachusetts: Copley Publishing group. (Trabalho original publicado em 1938).
- Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(1), 37-40. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452001000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452001000100004&lng=pt&tlng=pt).
- Vollmer, T. R. (2002). Punishment happens: Some comments on Lerman and Vorndran's review. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35(4), 469-473. doi:10.1901/jaba.2002.35-469

---

Submetido em: 28/01/2021

Aceito em: 30/04/2021